

COMUNICAÇÃO

(integra a ata da 30ª sessão ordinária do Plenário do Supremo Tribunal Federal, realizada em 5 de novembro de 2025 - DJe de 11 de novembro de 2025)

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE):

Peço licença à eminente Ministra e aos eminentes Colegas para noticiar que estarei amanhã em Belém, a convite do Presidente da República, e com os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, participando da Cúpula do Clima, que antecederá a COP30.

Como todos nós sabemos, a mudança do clima é um dos temas que definem o nosso tempo. É um desafio global que exige respostas urgentes. Não se trata mais de agir apenas em nome das gerações futuras, o que já seria um imperativo ético e moral. Os efeitos já são uma realidade presente e muito próxima de nós, uma realidade que atinge, de forma especialmente aguda, os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Diante disso, o Judiciário tem um papel a desempenhar, um papel, sobretudo, de proteção de direitos fundamentais, tanto mais que, em nosso caso, o direito a um meio ambiente equilibrado é mandamento constitucional. Em síntese, no enfrentamento da mudança do clima, se espera do Judiciário que preste jurisdição eficaz, prudente e responsável, com base em evidências científicas e nas provas dos autos e com a necessária firmeza na proteção do meio ambiente nos termos da Constituição e da lei.

Essa é a mensagem que levarei a Belém.

Além de participar da Cúpula do Clima amanhã, informo também que o Judiciário brasileiro promoverá, em 13 de novembro, como parte da Agenda de Ação da Presidência Brasileira da COP30, um evento de dia inteiro dedicado à questão da Justiça Climática. Será o Dia da Justiça e dos Direitos Humanos na COP30, algo inédito no contexto das COPs até aqui realizadas.

Teremos conosco, como instituições organizadoras, além do CNJ, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal Militar. Convidados também estão a irmanar-se conosco a Procuradoria-Geral da República, a Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Conselho Federal, e a Defensoria Pública da União, além de representantes da sociedade civil e de magistrados de países, especialmente, que compõem a Bacia Amazônica. Queremos estimular, sob o mote da Justiça Climática, um debate aberto, inclusive entre magistrados brasileiros e estrangeiros, bem assim com todas as funções essenciais da Justiça.

Mas queremos igualmente, em modo de escuta ativa, que a sociedade expresse suas expectativas e inquietações em torno à ação dos tribunais. Ao fim de nosso evento, esperamos lançar uma declaração de princípios que possam ajudar a pautar a ação dos Judiciários em geral em matéria de Justiça Climática. Será uma contribuição nossa - modesta, mas convicta - para os esforços mais amplos de contenção da mudança do clima.

Faço esse registro com essas palavras também para assentar, e desde logo agradeço ao eminente Ministro Alexandre de Moraes, que amanhã e na próxima quinta-feira, dia 13, as sessões serão presididas por Sua Excelência o Vice-Presidente, Ministro Alexandre de Moraes.

Publicado no DJe/STF,
em 9/1/2026.

Este texto não substitui a publicação oficial.